

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.864 - SP (2019/0261266-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES**  
**RECORRENTE : NOORDHEN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI**  
**OUTRO NOME : NOORDHEN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**  
**ADVOGADOS : MARIA MADALENA ANTUNES GONÇALVES - SP119757**  
**WESLEY DUARTE GONÇALVES SALVADOR - SP213821**  
**RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : PAULA COSTA DE PAIVA E OUTRO(S) - SP227862**

## **DESPACHO**

Vistos etc.

Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o Plenário do Superior Tribunal de Justiça realizou diversas alterações para atualizar o Regimento Interno da Corte.

Dentre elas, destaco a Emenda Regimental n. 24, de 28 de setembro de 2016, que teve como principal objetivo regulamentar preceitos estabelecidos no CPC/2015 correlatos ao processo e ao julgamento de precedentes qualificados de competência deste Tribunal Superior (recursos repetitivos, incidente de assunção de competência e enunciados de súmula). Em relação aos recursos repetitivos, do art. 256 ao 256-X foram disciplinados procedimentos aplicáveis desde a seleção do recurso no tribunal de origem como representativo da controvérsia até a proposta de revisão de entendimento firmado sob o rito dos repetitivos.

Importantes inovações também podem ser conferidas nos arts. 256 ao 256-D do RISTJ, que estabelecem atribuições ao Presidente do STJ para despachar, antes da distribuição, em recursos indicados pelos tribunais de origem como representativos da controvérsia (RRC). Essas atribuições, mediante a Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, foram delegadas ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes.

Quanto a esse ponto, a análise dos RRCs pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes deve ser restrita aos limites regimentais, de forma que, após a distribuição, o ministro relator possa se debruçar sobre a proposta de

# *Superior Tribunal de Justiça*

afetação do processo ao rito dos repetitivos **no prazo de 60 dias úteis (RISTJ, art. 256-E)** a fim de:

a) rejeitar, de maneira fundamentada, a indicação do recurso especial como representativo da controvérsia (inciso I);

b) propor à Corte Especial ou à Seção, conforme o caso, a afetação do recurso para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (inciso II).

Feito esse breve registro sobre parte das alterações regimentais atinentes aos recursos repetitivos, passo à análise precária formal do presente recurso qualificado pelo Tribunal de origem como **representativo da controvérsia**.

A Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Geraldo Brindeiro, manifesta-se pela não admissão do recurso com representativo da controvérsia tendo em vista que o recurso não preenche os requisitos específicos de cabimento do recurso especial (e-STJ, fl. 177).

Ainda, o Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo admitiu o presente recurso na condição de representativo da controvérsia para possibilitar a substituição do Recurso Especial n. 1.112.647/SP, relator Ministro Herman Benjamin, anteriormente afetado ao rito dos recursos repetitivos no **Tema n. 769/STJ**, atualmente sem processo vinculado, cuja questão submetida a julgamento foi assim delimitada: **discute-se se a ordem de preferência prevista no art. 11 da LEF é rígida, ou não, e se a penhora de faturamento é medida excepcional**.

Em análise superficial do processo, **plenamente passível de revisão pelo relator destes autos**, entendo preenchidos os requisitos formais previstos no art. 256 do Regimento Interno do STJ. O exame dos RRCs pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes deve ser restrita aos limites regimentais, não abrangendo, pelo menos de forma definitiva, um juízo de valor sobre a admissibilidade do recurso especial. Nesse sentido, o valoroso parecer do Ministério Público Federal, que concluiu pela inadmissão do recurso especial e, em consequência, pela impossibilidade de seu processamento como

# *Superior Tribunal de Justiça*

representativo da controvérsia, certamente contribuirá para a análise do relator destes autos.

Quanto ao aspecto numérico, mesmo tendo sido consignado na decisão de admissibilidade o quantitativo de apenas 8 recursos especiais no âmbito da Presidência da Seção de Direito Público do TJSP, registro que, segundo informações prestadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do STJ, há pelo menos **370 processos** aguardando o julgamento do Tema repetitivo n. 769, distribuídos entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Ademais, a multiplicidade já havia sido identificada pelo relator no momento da afetação do Recurso Especial n. 1.112.647/SP, que, no entanto, não possibilitou o seu julgamento de mérito ante a perda superveniente de interesse processual em razão da quitação do débito (DJe de 21/9/2010).

Nesse sentido, o julgamento deste processo sob o rito dos recursos repetitivos, precedente qualificado de estrita observância pelos juízes e tribunais nos termos do art. 121-A do RISTJ e do art. 927 do CPC, orientará as instâncias ordinárias, com importantes reflexos em institutos de aceleração processual, tais como a tutela da evidência e a improcedência liminar do pedido, a depender do resultado do recurso repetitivo. O julgamento qualificado poderá, ainda, evitar decisões divergentes nas instâncias de origem e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos em recursos especiais a esta Corte Superior.

**Ante o exposto** e exaltando a importante iniciativa de seleção do presente recurso representativo da controvérsia pelo ilustre Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com fundamento no § 3º do art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, **distribua-se** o presente recurso por prevenção ao Recurso Especial n. 1.112.647/SP (2009/0049451-5).

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017

